

## AVISO

Em cumprimento do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto e n.º 4 do artigo 30.º na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua atual redação, torna-se público que, por Deliberação de Câmara de 06/10/2022, encontra-se aberto o processo de seleção abaixo mencionado, a realizar de acordo com as regras de recrutamento dos técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

### LINHAS DE ORIENTAÇÃO

1 – Ato Administrativo que Aprovou o Recrutamento: Deliberação de Câmara de 06/10/2022.

2 – Processos de Seleção:

– **Processo de Seleção A** – 1 Técnico de Ensino de Música – Substituição direta ou indireta de trabalhador/a ausente ou que, por qualquer razão, se encontre temporariamente impedido de prestar serviço.

3 – **Requisitos de Admissão:** A admissão depende da reunião, pelos/as candidatos/as, dos seguintes requisitos: a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, Convenção Internacional ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis para o exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória; f) Nível habilitacional exigido; g) Envio via correio ou entrega para/no serviço de Recursos Humanos do Município dos documentos comprovativos dos elementos indicados na candidatura, com a utilização obrigatória de formulário próprio, disponível no Serviço de Recursos Humanos ou no sítio da Internet do Município de Cinfaes em <http://concursoaec.cm-cinfaes.pt>; h) Cumprimento da utilização da aplicação informática da Direção-Geral de Recursos Humanos da Educação, de uso obrigatório, a que os interessados podem aceder em <https://sigrhe.dgae.mec.pt/openerp/login>.

**3.1 – Nível habilitacional exigido para os técnicos de Ensino de Música:**

3.1.1 – Os técnicos de Ensino da Música no âmbito do presente programa devem possuir habilitações profissionais ou próprias para a docência da disciplina de Educação Musical ou Música no ensino básico ou secundário.

3.1.2 – Os técnicos de Ensino da Música podem ainda deter as seguintes habilitações:

- a) Diplomados com um curso profissional na área da música com equivalência ao 12.º ano;
- b) Detentores do 8.º grau do curso complementar de Música;
- c) Frequência do 2º ano de um curso de Música que confira habilitação para a docência;
- d) Outros profissionais com currículo relevante, o qual deverá ser avaliado pelo júri deste procedimento, considerando que os candidatos devem ter competências para a docência/formação e conhecimentos de Música ou Formação Musical comprovados ou apresentar experiência profissional na AEC – Ensino de Música com o respetivo tempo de serviço contabilizado até à data da candidatura, anotado no registo biográfico docente (caso este descreva o tempo de serviço nas AEC) ou comprovado através de declaração de tempo de serviço emitida por agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

4 – **Formalização das candidaturas:** Por força do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro e posteriores alterações, as candidaturas ao processo de seleção devem ser feitas mediante utilização da aplicação informática da Direção-Geral de Recursos Humanos da Educação, de uso obrigatório, a que os interessados podem aceder em

<https://sigrhe.dgae.mec.pt/openerp/login>, nos **3 dias úteis seguintes** à data da divulgação da oferta de trabalho na página eletrónica do Município de Cinfaes e dos Agrupamentos de Escola. As candidaturas aos processos de seleção deverão ainda ser acompanhadas do envio ou entrega, em suporte de papel, do formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível na página oficial deste Município (<http://concursoaec.cm-cinfaes.pt>) e respetivos comprovativos, nos **3 dias úteis seguintes à data da divulgação da oferta de trabalho na página eletrónica do Município de Cinfaes e dos Agrupamentos de Escola**.

As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente no Serviço de Recursos Humanos, durante as horas normais de expediente, das 09:00 às 16:00 horas, ou enviadas através de correio registado com aviso de receção, nos **3 dias úteis seguintes à data da divulgação da oferta de trabalho na página eletrónica do Município de Cinfaes e dos Agrupamentos de Escola**, para o seguinte endereço:

Município de Cinfaes

A/C: Serviço de Recursos Humanos

Largo dos Paços do Concelho

4690-030 Cinfaes

#### **4.1 – Apresentação de documentos:**

Deverão ser entregues pelos candidatos, sob pena de exclusão, os seguintes documentos:

- Certificado de habilitações literárias ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito (fotocópia);
- Curriculum Vitae detalhado, assinado e datado, onde deve constar: identificação pessoal, habilitações literárias, qualificações profissionais (formação profissional creditada), e experiência profissional, devendo para o efeito anexar os documentos comprovativos da formação e experiência profissional (fotocópias), sob pena de não serem considerados;
- Declaração emitida pelo serviço de origem, da qual conste a modalidade da relação jurídica de emprego público que tem ou que teve nos últimos 90 dias, a antiguidade na carreira e no exercício de funções públicas, a posição remuneratória que detém e a atividade que executa ou executou, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado.

**4.2 –** Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º e artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, nos concursos em que o número de lugares a preencher seja de um ou dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

**4.2.1 –** Os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

**4.2.2 –** A apresentação de documento falso determina a participação à entidade competente para efeitos de procedimento disciplinar e/ou criminal.

#### **4.3 – Serão motivos de exclusão do candidato:**

- a prestação de falsas declarações ou inexactidões prestadas aquando da candidatura;
- a não comparência no dia e hora para que foi notificado.

**4.4 –** Os documentos redigidos em língua estrangeira devem ser traduzidos e reconhecidos pelas entidades competentes, sob pena de não ser considerados.

**5 – Critérios de Seleção:** Conjunto de operações que permitem avaliar e classificar os candidatos, designadamente aptidões e conhecimentos indispensáveis ao exercício das funções e responsabilidades do posto de trabalho.

Foram propostos e adotados os seguintes critérios de classificação e ponderação de cada um dos métodos de seleção e de Classificação final, bem como os critérios de ordenação preferencial:

- Métodos de seleção – Avaliação Curricular (AC).

## 5.1 – Avaliação curricular:

### 5.1.1 – Processo de Seleção A

A avaliação curricular, com uma valoração final de 100 pontos, visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso de contratação é aberto, com base na análise do respetivo currículo profissional. O resultado da AC obtém-se através da soma das classificações dos fatores a avaliar, onde são considerados os que assumem maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, designadamente os seguintes: Habilitação Académica de Base (HAB), Experiência Profissional (EP) e Formação Profissional (FP).

$$AC = \text{HAB (40 pontos)} + \text{EP (40 pontos)} + \text{FP (20 pontos)}$$

#### 5.1.1.1– Habilitação Académica de Base (HAB), graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a) Detentores de habilitações profissionais para a docência da disciplina de Educação Musical ou Música no ensino básico ou secundário – 36 pontos;
- b) Detentores de habilitações próprias para a docência da disciplina de Educação Musical ou Música no ensino básico ou secundário – 28 pontos;
- c) Detentores das seguintes habilitações: i) Diplomados com um curso profissional na área da música com equivalência ao 12.º ano; ii) Detentores do 8.º grau do curso complementar de Música; iii) Frequência do 2º ano de um curso de Música que confira habilitação para a docência; iv) Outros profissionais com currículo relevante, o qual deverá ser avaliado pelo júri deste procedimento, considerando que os candidatos devem ter competências para a docência/formação e conhecimentos de Música ou Formação Musical comprovados ou apresentar experiência profissional na AEC – Ensino de Música com o respetivo tempo de serviço contabilizado até à data da candidatura, anotado no registo biográfico docente (caso este descreva o tempo de serviço nas AEC) ou comprovado através de declaração de tempo de serviço emitida por agrupamento de escolas ou escola não agrupada – 20 pontos;
- d) O júri deliberou ainda, atribuir mais 2 pontos aos candidatos que, independentemente e além do perfil habilitacional em que se inscrevem (no âmbito dos três perfis supramencionados), possuem um mestrado (que não é condição do perfil com o qual concorre) numa área relevante para o posto de trabalho descrito no mapa de pessoal ou 4 pontos aos candidatos que, independentemente do perfil habilitacional em que se inscrevem (no âmbito dos três perfis supramencionados), possuem um doutoramento numa área relevante para o posto de trabalho descrito no mapa de pessoal. Dessa forma, no quadro da ponderação da avaliação curricular/ AC dos candidatos nestas circunstâncias, serão somados 2 ou 4 pontos à ponderação atribuída no fator Habilitação Académica de Base/ HAB.

5.1.1.2 – Experiência Profissional, considerada em dias de tempo de serviço nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), a comprovar com registo biográfico do docente (caso este descreva o tempo de serviço nas AEC) ou declaração de tempo de serviço nas AEC emitida por agrupamento de escolas ou escola não agrupada, será apreciada até um máximo de 40 pontos e de acordo com os seguintes intervalos:

- a) Sem experiência – 2 pontos;
- b) De 1 dia até 200 dias – 4 pontos;
- c) Mais de 200 dias até 400 dias – 6 pontos;
- d) Mais de 400 dias até 600 dias – 8 pontos;

- e) Mais de 600 dias até 800 dias – 10 pontos;
- f) Mais de 800 dias até 1000 dias – 12 pontos;
- g) Mais de 1000 dias até 1200 dias – 16 pontos;
- h) Mais de 1200 dias até 1400 dias – 20 pontos;
- i) Mais de 1400 dias até 1600 dias – 24 pontos;
- j) Mais de 1600 dias até 1800 dias – 28 pontos;
- k) Mais de 1800 dias até 2000 dias – 32 pontos;
- l) Mais de 2000 dias até 2400 dias – 36 pontos;
- m) Mais de 2400 dias – 40 pontos.

**5.1.1.3 – Formação Profissional (FP)** – Será considerada a formação profissional creditada que preencha os seguintes requisitos:

- Esteja relacionada com as AEC, com o 1º Ciclo do Ensino Básico e/ou Ensino Pré-escolar, com a Língua Portuguesa e com as Necessidades Educativas Especiais, entre outras com relevância para as funções a exercer, devendo estas informações constar explicitamente no certificado ou no programa da respetiva ação;
- Tenha sido realizada nos últimos cinco anos e após a conclusão do grau habilitacional que confere a habilitação exigida para admissão ao concurso ou que garante a atribuição da menção de “currículo relevante”;
- Além disso, qualquer nível de ensino conferente do grau habilitacional não será considerado formação profissional.

A formação profissional será apreciada até um máximo de 20 pontos e de acordo com os seguintes intervalos:

- a) Sem formação profissional – 2 pontos;
- b) >0 e < 30 créditos – 6 pontos;
- c) ≥30 e < 60 créditos – 10 pontos;
- d) ≥60 e < 90 créditos – 14 pontos;
- e) ≥90 e < 120 créditos – 18 pontos;
- f) ≥120 – 20 pontos.

## **6 – Classificação Final**

### **Processo de Seleção A**

A classificação final, que resultará da fórmula abaixo indicada, será expressa na escala de 0 a 100 pontos.

CF= AC, em que:

CF= Classificação Final;

AC= Avaliação Curricular.

**7** – De acordo com o n.º 4 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, podem ser opositores ao procedimento concursal candidatos/as com e sem vínculo de emprego público, não podem ser admitidos candidatos/as que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em situação de valorização profissional, ocupem postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal desta Autarquia idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. O recrutamento é realizado com vista à ocupação de posto de trabalho previsto no mapa de pessoal aprovado para o ano civil em curso e as necessidades de recrutamento foram devidamente contempladas no mapa de pessoal para 2022

e previstas e aprovadas ao abrigo e nos limites constantes do mapa anual global aprovado pelo órgão executivo em 23 de dezembro de 2021

O recrutamento efetua-se, sem prejuízo de outras preferências legalmente estabelecidas, pela ordem prevista na LTFP.

## **7.1 – Critérios de Ordenação Preferencial**

### **7.1.1. – Processo de Seleção A**

Em situações de igualdade de classificação, preferem sucessivamente na ordenação final os candidatos que:

- 1.º – Se encontrem em situações configuradas pela lei como preferenciais;
- 2.º – Tenham estabelecido uma relação jurídica de emprego público com o Município;
- 3.º – Obtenham maior número de dias de tempo de serviço nas AEC;
- 4.º – Obtenham maior número de créditos de Formação Profissional;
- 5.º – Depois de utilizados todos os critérios referidos nos números anteriores, se mantiver a situação de igualdade, será utilizado como critério a idade dos candidatos, em que se dará preferência aos candidatos mais velhos.

Os Critérios de Ordenação Preferencial acima designados serão utilizados para a ordenação da lista de avaliação curricular e da lista de ordenação final.

## **8 – Identificação e Caracterização dos Postos de Trabalho:**

– Técnico de Ensino de Música (1 vaga) – Conforme Mapa de Pessoal aprovado para 2022.

**9 – Relação Jurídica de Emprego Público (RJEP):** Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP), a Termo Resolutivo Certo/Tempo Parcial (artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação).

**10 – Pressupostos do Contrato de Trabalho:** Substituição de trabalhador ausente que se encontra temporariamente impedido de prestar serviço, bem como a constituição de reserva de recrutamento, nos termos dos factos invocados na deliberação de Câmara de 06 de outubro de 2022.

**11 – Duração do CTFP:** O CTFP produz os seus efeitos desde a data em que for celebrado, salvo nos casos em que o próprio contrato lhe atribua eficácia retroativa ou diferida, caducando quando se verificar o termo do evento que deu origem à sua celebração ou por força da aplicação do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto.

**12 – Local de Trabalho:** Estabelecimentos de ensino público e/ou instalações municipais próprias para a realização das AEC.

## **13 – Carga Horária/Remuneração:**

– Técnico de Ensino de Música (Processo de Seleção A) – 1 vaga de 12 horas para AEC, às quais se somam 13 horas para atividades afins (artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto), num total de 25H/Semana (8,36€/hora).

**14 – O apuramento e seleção dos candidatos,** do procedimento mencionado, por deliberação de Câmara de 6 de outubro de 2022, é da responsabilidade do seguinte Júri:

**Presidente:** Marta Alexandra da Rocha Vinagre, Técnica Superior (Educação), do Município de Cinfaes;

**1º Vogal efetivo:** António Manuel Vieira Bernardino, Técnico Superior (Educação), do Município de Cinfaes que substitui a Presidente nas suas faltas e impedimentos;



**2º Vogal efetivo:** Sónia Maria Correia Oliveira, Técnica Superior (Gestão de Recursos Humanos), do Município de Cinfaes.

**Suplentes:** António Agostinho Mouta Pinto, Técnico Superior (Desporto/Educação Física), do Município de Cinfaes e Alcina de Gouveia Cid, Adjunta do Diretor do Agrupamento de Escolas de Souselo.

**15 – Regime Jurídico:** Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto, Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto e Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.

**16 –** A lista da Avaliação Curricular será publicitada no sítio do Município de Cinfaes.

**17 –** A lista final de ordenação dos candidatos admitidos em cada processo de seleção resultante da plataforma informática enunciada no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, poderá não corresponder à lista final correta, considerando as limitações de foro técnico da respetiva plataforma. Desta forma, a lista final de ordenação válida será publicitada na página da internet do Município de Cinfaes.

**18 –** De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014 “As Autarquias Locais não tem de consultar a Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação”, razão pela qual esta Autarquia não fez a referida consulta.

Em relação à prévia consulta à EGRA, esta Câmara Municipal obteve a seguinte resposta em 26 de setembro de 2022 da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa “...Declara, para os devidos efeitos, a pedido do Município de Cinfaes que a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, não se constituiu, até à presente data, como EGRA (Entidade Gestora de Requalificação das Autarquias), relativamente aos respetivos processos de reorganização e trabalhadores, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3/9....”.

**19 –** Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

**20 –** Na tramitação dos presentes processos de seleção serão cumpridas as disposições constantes do RGPD – Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, relativamente ao tratamento de dados.

**21 –** Determina-se que o presente aviso seja divulgado no sítio da internet do município e dos Agrupamentos de Escola.

Paços do Município, 10 de outubro de 2022.

O Vice-Presidente da Câmara,

  
(Serafim Rodrigues, Pr.)

(Com competências delegadas e subdelegadas por despacho de 18/10/2021, nos termos da alínea a) e alínea d), do n.º 2, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)